



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Senhora Presidente
da Comissão de Trabalho e Segurança Social,
Deputada Isabel Meirelles

Assunto: Requerimento para Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da ACT, da DGERT e do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet

Os trabalhadores da companhia de aviação EasyJet mobilizaram-se para uma greve cujas principais reivindicações se prendem com a situação, nomeadamente, dos Tripulantes de Cabine, que têm vindo a enfrentar a degradação das suas condições de trabalho nos últimos anos.

Estes trabalhadores são os mais prejudicados face ao conjunto de países onde a empresa se localiza – seja ao nível remuneratório, seja no que respeita aos direitos laborais, seja nas compensações que tiveram durante o período da crise pandémica.

Os trabalhadores alegam não ter, da parte da hierarquia da empresa, mais do que indiferença face às reivindicações; no que respeita às negociações coletivas do Acordo de Empresa, as negociações encontram-se suspensas, encontrando-se estes trabalhadores a aguardar indefinidamente que as mesmas se concluem.

Estamos perante uma situação absolutamente inaceitável. É inaceitável que os trabalhadores não tenham aumentos salariais ao mesmo nível que os trabalhadores de outros países onde a empresa opera. É inaceitável que estes trabalhadores tenham vindo a perder poder de compra desde 2019. É inaceitável que a negociação do Acordo de Empresa não se conclua para que entre em vigor e sejam cumpridas todas as suas disposições em respeito pela dignidade dos trabalhadores.

Entretanto, não é possível ignorar que ao longo dos anos os trabalhadores da EasyJet têm sido confrontados com uma falta de resposta concreta das entidades sob tutela do Ministério do Trabalho, quer abrindo a porta a autênticas ilegalidades no sector (nomeadamente permitindo



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

práticas ilegais de companhias de aviação), quer procurando justificar a falta de intervenção e de ações inspetivas para impedir a violação da Lei e o ataque aos direitos dos trabalhadores. Essa situação manteve-se inalterável, apesar do alerta e da denúncia do SNPVAC.

Assim, considerando o exposto, o Grupo Parlamentar do PCP requer, com máxima urgência, a presença da **Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; da Sra. Inspectora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), da Sra. Diretora-Geral da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e da Direção do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC)** a fim de ser ouvidos nesta Comissão sobre o assunto, em audição conjunta com a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Assembleia da República, 4 de abril de 2023

Os Deputados,

Manuel Loff

Bruno Dias